

O PROTAGONISMO FEMININO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM ESPAÇOS DE RESITÊNCIA: MARIA BONITA E O CANGAÇO

Ana Paula Kravczuk Rodrigues¹

Joice Graciele Nielsson²

GRUPO DE TRABALHO: 3

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central analisar a violência de gênero dentro da perspectiva do cangaço e do protagonismo feminino através de Maria Bonita. Assim, na primeira parte da pesquisa é abordada a evolução e vinculação entre biopolítica e gênero, através de aspectos mais conceituais. Já na segunda parte é usada como base a biografia de Maria Bonita e como é tida a violência de gênero dentro do mundo do cangaço. O método de pesquisa usado é o fenomenológico e o objetivo do trabalho é discutir sobre a perpetuação da violência de gênero como forma de controle dos corpos, e como, mesmo em espaços de protagonismo, o corpo feminino é usado como campo de batalha.

Palavras-chave: Gênero; Biopolítica; Cangaço; Maria Bonita; Violência.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema central de pesquisa analisar a violência de gênero e aspectos do biopoder dentro da perspectiva do cangaço e do protagonismo feminino representado através de Maria Bonita e outras cangaceiras. O espaço esquecido do campo é tomado como um local onde há o embate entre a liberdade de escolha da mulher, a construção da violência estrutural e o contexto histórico e social.

O cangaço surgiu por volta de 1870, em meio a uma crise econômica passada pelas cidades do interior do Nordeste, com a crescente industrialização, e um aumento da desigualdade social da região, atenuada por uma grande seca. Os cangaceiros, chamados de “bandidos sociais”, eram um misto de justiceiro e vingador, combatendo a injustiça causada pela crescente desigualdade social e dividindo opiniões sobre seus atos serem heróicos ou criminosos. Esse banditismo surgiu como uma revolta espontânea contra a situação social, vindo de grupos rebeldes que partiram para o crime como forma de sobrevivência e revolta contra as classes dominantes.

¹ Bolsista Integral CAPES. Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Curso de Mestrado da UNIJUÍ (2019). Linha de Pesquisa 1 – Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos - Gênero. Bacharela em Direito pela UNIJUÍ (2016).

² Doutora em Direito (UNISINOS), Mestre em Desenvolvimento (UNIJUI), Professora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado em Direitos Humanos – e do Curso de Graduação em Direito da UNIJUÍ. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos.

Poucas vezes, no entanto, é lembrado que as mulheres fizeram parte do cangaço durante a última década de sua existência, a partir de aproximadamente 1930, passando a ser aceitas no bando a partir da entrada de Maria Gomes de Oliveira, chamada de Maria Bonita pela imprensa após sua morte. Ela era uma mulher separada, algo incomum naquele tempo, quando conheceu o líder do cangaço, Virgulino Ferreira da Silva, chamado Lampião. Após algum tempo de contato entre ambos e visitas do cangaceiro, a polícia foi informada e a família de Maria, ameaçada. Com a mudança de sua família para Alagoas, fugindo das ameaças da polícia, ela tomou uma decisão inédita: acompanharia Lampião em sua vida no cangaço. Quebrando a tradição do movimento, Lampião permitiu sua entrada e um precedente foi estabelecido, permitindo que outras tivessem uma alternativa de vida no bando. Estima-se que houveram mais de 60 mulheres nos grupos e subgrupos do cangaço.

Em meio a uma sociedade que impunha um papel social muito específico para a mulher, a entrada das mesmas em um movimento que já era por si só subversivo à ordem se mostrou um ato de coragem e resistência a diversos padrões de gênero. As cangaceiras eram sertanejas comuns, que viviam em sítios, e eram atraídas muitas vezes pela possibilidade de mudar seu destino, rompendo com a proposta de um casamento arranjado, da domesticidade, do papel exercido nas famílias e até da religiosidade. Muitas aprendiam a ler e escrever, por exemplo, atividade pouco comum para mulheres na época.

A relação das mulheres com o cangaço é, em sua maioria, cheia de paradigmas, contrastes e conflitos. Enquanto, por um lado, o movimento possibilitava a quebra de papéis de gênero e a resistência feminina, por outro muitas vezes elas eram vítimas de violência e não podiam escolher sair e, às vezes, nem se queriam entrar para o bando. Mesmo dentro de novos paradigmas, o papel das cangaceiras como mulheres de acordo com os padrões da sociedade era reafirmado. No entanto, é impossível não reconhecer a importância da sua participação no movimento, representando resistência, força e reinvenção dos limites possíveis para as mulheres nordestinas da época, ocupando um espaço antes impensável.

Assim, na primeira parte deste artigo será trabalhada a problemática da atuação do Estado nos corpos como forma de controle biopolítico em nossa sociedade e como ela se perpetua em espaços privados e públicos e, especialmente, nos corpos femininos. Já na segunda parte, será analisado como se construiu o protagonismo feminino dentro do cangaço e como a violência de gênero é presente neste espaço, com apoio do livro

“Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço”³ da autora Adriana Negreiros, publicado no ano de 2018.

Nesse sentido, o método da pesquisa é fenomenológico, pensando em uma revisão bibliográfica crítica de autores já citados, possibilitando a interpretação de conceitos pela linguagem. O objetivo do artigo é discutir sobre a perpetuação da violência de gênero como forma de controle dos corpos, e como, mesmo em espaços de protagonismo, o corpo feminino é usado como campo de batalha. Assim, fazendo um comparativo desmistificando a ideia da mulher cangaceira, alvo direto desta violência.

2 BIOPOLÍTICA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO DENTRO DA ESTRUTURA PATRIARCALISTA

A biopolítica atua sobre o sexo e os gêneros, diferenciando e normalizando tais populações. Há o controle sobre o corpo e o amoldamento aos critérios dos gêneros feminino e masculino e da sexualidade dos sujeitos conforme os preceitos de adequação em papéis sociais com o objetivo de reprodução de um modelo de construção social existente. A partir do controle do sexo “escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações” (FOUCAULT, 1988, p. 159).

Como indica Foucault (1988), o sexo e a sexualidade estiveram conectados ao poder. A partir de uma construção histórica, o sexo passou a ser considerado identidade, caracterizando indivíduos e determinando certos lugares de poder a partir da biologia, elaborando justificações dos regimes de poder produtivos.

Butler (2013, p. 97), esclarece que a criação de dois sexos distintos e uniformes implica a repressão e punição de qualquer forma de manifestação de descontinuidade ou de incoerência sexual. A afirmação de que um corpo é de determinado sexo não é puramente descritiva, mas sim uma prática discursiva “de acordo com princípios de coerência e integridade heterossexualizante, inequivocadamente como macho e fêmea” (BUTLER, 2013, p. 99).

No entanto, utilizar a categoria de “sexo” para trabalhar as questões que envolvem relações de poder entre homens e mulheres, entre o feminino e o masculino é insuficiente e recai em essencializações próprias do controle sobre os corpos, retirando

³ Por falar de violências e sexo, o livro não é recomendado para quem possa se impressionar com as descrições dos fatos. Estes podem ser gatilhos emocionais para quem foi vítima de alguma violência relacionada ao tema da obra.

o caráter histórico da construção dos papéis sociais protagonizados por homens e mulheres. Dessa forma, a categoria de “gênero” evidencia de uma forma melhor o corpo como construção social e das investidas normalizadoras sobre os indivíduos e da biopolítica sobre as populações.

O conceito de gênero emergiu no âmbito dos estudos feministas com a finalidade de diferenciar os aspectos anatômico-biológicos daqueles culturalmente construídos que conformariam as diferenças entre mulheres e homens. Portanto, “gênero” funcionava como contraponto ao termo “sexo”, pois este carregaria uma faceta determinista que as teóricas feministas repudiavam (SCOTT, 1990). O gênero, nesse contexto, dizia respeito aos papéis sociais esperados dos homens e mulheres, deslocando a noção de “ser homem” e “ser mulher” para o âmbito de uma construção cultural, caracterizando-se, assim, como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1990).

Em outro artigo clássico dos estudos feministas, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, a historiadora americana Joan Scott (1990) discute as limitações e impasses encontrados por diferentes pensadoras feministas utilizando-se do conceito de gênero, que falharam em não considerá-lo enquanto categoria de análise e, o mais importante, no seu caráter de constructo histórico. Às vezes ele aparece subordinado às relações econômicas e de produção; em outros momentos, limitado à identidade e à constituição psíquica. Parece limitado, pois, a uma oposição binária (masculino/feminino) com ares de fixidez e não-historicidade. A autora propõe, então, que o gênero seja considerado como uma categoria de análise histórica, o que significaria

analisar dentro do seu contexto a maneira pela qual opera toda oposição binária, derrubando e deslocando sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como evidente por si ou como sendo da natureza das coisas (SCOTT, 1990, p. 13).

Joan Scott (1990) se aproxima do pensamento de Michel Foucault apoiando-se em sua concepção de poder para pensar o gênero para além do patriarcalismo, das relações de parentesco, do materialismo histórico ou dos jogos identitários psicanalíticos. De modo bastante enfático, a autora aponta que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significação às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).

Embora Foucault, conforme já mencionado, não tenha recorrido explicitamente ao conceito de gênero ao tratar da genealogia do dispositivo de sexualidade, fica evidente que este dispositivo se apoiou de diferentes maneiras nas diferenciações simbólicas e concretas entre homens e mulheres para lhe conferir maior eficácia, em um movimento ao mesmo tempo produtivo e reiterativo.

As relações patriarcais são explicitadas por várias autoras como um dos eixos que estruturam as desigualdades entre homens e mulheres, no entanto, existem outros elementos que norteiam essas relações, em que Saffioti (2004) interliga gênero, classe e raça/etnia, e os denomina como “nó analítico” contraditório, pois ao mesmo tempo em que apresentam ideias distintas que se interligam para que seja percebida a realidade, também possibilita uma melhor compreensão dos preceitos os quais as mulheres estão sujeitas.

O patriarcado é um sistema de opressão e dominação. Apropriado pelo capitalismo, constitui-se como uma forma de subordinação das mulheres em relação aos homens. Daí, o alto índice de precarização do trabalho destas, bem como a falta de garantia de seus direitos e a desvalorização dos salários.

Camurça (2007) reafirma o patriarcado como sistema de dominação, explicitando quatro mecanismos: a violência contra a mulher; o controle sobre o corpo; manutenção da dependência econômica e a não participação das mulheres nos espaços de poder que reinventam, reproduzem e dão sustentabilidade a essa prática de opressão.

O primeiro mecanismo, a violência contra a mulher, se caracteriza por práticas de ameaças constantes que se materializam por agressões físicas, psicológicas, morais, sexuais, patrimoniais e sociais quando as mulheres contrariam o comportamento que é atribuído a elas pela sociedade (CAMURÇA, 2007); O segundo mecanismo é a dominação sobre o corpo das mulheres, que restringe a autodeterminação reprodutiva, exploração sexual, publicização da imagem da mulher como mercadoria e a criminalização do aborto, causa morte de muitas mulheres, principalmente as que se encontram em situação de pobreza; O terceiro mecanismo é a manutenção da dependência econômica das mulheres, restringindo o seu espaço somente aos afazeres domésticos e as privando de ingressar no mercado de trabalho, sendo esta uma tarefa atribuída somente aos homens.

Não podemos esquecer-nos de ressaltar a importância do que ocorre em nosso processo histórico, a transformação do estado de exceção em regra. De acordo com

Agamben (2004), o estado de exceção “tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo na política contemporânea”. Ressalta-se, também:

A violência doméstica perpetrada contra as mulheres brasileiras como fruto de um espaço de exceção (o lar brasileiro) que pode ser conceituado como campo, ou seja, como lugar por excelência da produção da vida nua, da vida (impunemente) matável do *homo sacer*, revelando, assim, seus contornos biopolíticos. (NIELSSON; WERMUTH, 2016).

A violência contra a mulher ocorre principalmente no âmbito doméstico e familiar, denominada também como violência doméstica ou conjugal, fenômeno que perpetua em forma de agressão e abuso de poder sobre o outro, especificamente sobre a mulher e pode-se caracterizar em: violência física, que se define por qualquer ato de agressão que venha a interferir na integridade da pessoa; violência psicológica, considerada umas das mais graves, pois se configura com a mais silenciosa e de difícil identificação (QUEIROZ, 2008); violência sexual, que se define por qualquer ato sexual realizado forçadamente, sem o consentimento da vítima; violência patrimonial, refere-se a qualquer ato indevido da utilização de bens materiais alheio, causando às vítimas danos, perdas e/ou destruição de objetos pessoais e de trabalho; violência moral, que se constitui como qualquer ato que inferiorize a vítima, por meio de injúrias, calúnia e difamação; violência social, que é expressa nas diversas formas de preconceito e discriminação exercida contra as mulheres pelo simples fato de serem mulheres.

Para que haja a erradicação da violência que a aprisiona, é necessário que o acesso às informações seja facilitado às mulheres, no intuito de fortalecer e incentivar na busca por seus direitos. Aliada à informação, faz-se necessário o estabelecimento de uma rede de serviços públicos de apoio às mulheres que se encontram em situação de violência, além da ruptura com a cultura de dominação/exploração as mulheres.

Na década de 1970, os movimentos feministas protagonizaram as lutas e o debate sobre violência em que a mulher vivia e vive até os dias atuais, para espaços públicos, devido ao grande índice de assassinatos que vinha ocorrendo contra as mulheres, cometidos pelos próprios companheiros.(ARAÚJO, 2003)

Cabe frisar que concomitantemente às mobilizações realizadas pelo movimento feminista pelo fim da violência contra a mulher, era também ressaltada a necessidade do Estado intervir nessa questão por meio de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência. Dessa forma, muitas conquistas foram potencializadas mediante a atuação dos movimentos feministas em conjunto com a sociedade, sendo criadas em 1986 as primeiras Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulher

(DEAMs) em São Paulo, como também as casas abrigo para mulheres em situação de violência, a partir da década de 1990. (ARANA; LIMA; OLIVEIRA, 2017)

Outra conquista recente do movimento feminista, trata-se da Lei 11.340/06, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, que se caracteriza por um mecanismo legal específico que trata da punição, do enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher. Nesta lei é reafirmada e instituída a criação de mecanismos e redes de serviços que atendam as mulheres em situação de violência. (ARANA; LIMA; OLIVEIRA, 2017).

Contudo, para que os serviços planejados e criados com o objetivo de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher funcionem a contento, se faz necessário um investimento financeiro significativo por parte do Estado em políticas públicas, para que direitos das mulheres possam ser ampliados e desta forma a igualdade de gênero, raça/etnia, classe possam ser garantidas se contrapondo ao modelo neoliberal, que tem deteriorado os serviços públicos e conseqüentemente os direitos das mulheres em todas as esferas.

O que se percebe é que esta Lei foi uma das maiores conquistas das mulheres, mas que enfrenta muitos desafios para ser efetivada e sua consolidação não é suficiente para o combate a violência sofrida por elas, se implementada de forma isolada, sendo necessária a implantação das políticas integradas que incentivem o combate e a prevenção a esta forma de violência.

Nesse sentido, são colocados também como desafios outros avanços conquistados pelas lutas feministas, que por sua vez são postos como insuficientes para que seja alcançada a igualdade real entre homens e mulheres prevista pela Constituição Federal de 1988, pois o sistema patriarcal ainda vige em nossa sociedade e necessita urgentemente ser combatido, pois acarreta a precarização dos avanços obtidos pelas mulheres.

Compreender a violência contra a mulher a partir dos conceitos explanados é aceitar que vivemos em uma sociedade machista e desigual. As mulheres não possuem a liberdade, que é direito inerente de todo o ser humano, decorrente de uma cultura historicamente construída e socialmente reproduzida. É necessário que esses conceitos de papéis sociais destinados a homens e mulheres sejam desconstruídos para que assim, todos possam viver desfrutando das mesmas vontades e realizações.

3 MULHERES NO CANGAÇO: PROTAGONISMO FEMININO

Maria de Déa foi, na verdade, uma das poucas mulheres do cangaço a escolher aquela vida errante sob o sol do sertão. Na biografia de Maria Bonita escrita pela jornalista Adriana Negreiros (2018), se está longe de ser a pioneira do feminismo que tantos pintaram, Maria Bonita é uma mulher “arretada” que foge dos maus tratos do marido para seguir Lampião, movida pelo desejo de aventura e pelo amor a Virgulino.

Bem ao contrário de suas contemporâneas de cangaço, que se assemelham a vítimas de Síndrome de Estocolmo, afeiçoando-se aos sequestradores e estupradores que se tornariam seus companheiros. Libertam-se de pais e irmãos opressores, é verdade, mas se dobram ao jugo dos amantes cangaceiros e são, no fundo, tão invisibilizadas quanto suas mães e avós: nas notícias sobre o bando de Lampião, os cronistas dedicam poucas linhas às mulheres, preocupando-se mais em descrever (e menosprezar) sua aparência.

Dadá, a mulher de Corisco, é o caso mais evidente de sequestrada que se liga emocionalmente ao sequestrador: aos 12 anos, foi estuprada pelo cangaceiro e trazida para o convívio no bando anos mais tarde, quando Lampião se une a Maria Bonita e abre a possibilidade de os “cabras” terem companheiras.

No sertão do começo do século 20, o manejo de linhas e agulhas não era uma atividade exclusivamente feminina. Os vaqueiros produziam os próprios gibões e chapéus e primavam pela beleza, além do aspecto utilitário da indumentária. Cangaceiros também se dedicavam à produção de seus trajes, mais do que simples vestimentas, verdadeiros uniformes de guerra. Se Lampião apreciava o bordado de Dadá era porque dominava o assunto e sabia reconhecer a sofisticação de uma trama. Entre os sertanejos, costurar e bordar não eram ocupação que denunciasses pouca macheza. (NEGREIROS, 2018, p. 70)

A vida familiar no cangaço era sofrida, o que não transparece nas imagens feitas pelo fotógrafo sírio Benjamin Abrahão entre 1936 e 1937 (após página 128 do livro de Adriana Negreiros), com as mulheres atirando e se divertindo a valer diante da câmera. Na realidade, de acordo com a jornalista, Maria Bonita não participava das ações do bando, assim como a maior parte das cangaceiras –ao que consta, Dadá era a única mulher a carregar um fuzil. Apesar de ter sido aparentemente feliz ao lado do amado, Maria foi obrigada, como as demais, a dar à adoção sua filha, Expedita. (NEGREIROS, 2018, p. 106-116)

Raras foram as bandoleiras que pegaram em armas. Ao contrário do que propõe uma visão romanceada do cangaço, as mulheres não participavam dos combates. As cenas que vimos em séries e filmes, de cangaceiras atirando contra homens das forças

volantes (os ‘caçadores’ de cangaceiros), não passam de licença dramaturgica. Os combates eram importantes demais para serem delegados às mulheres –tratava-se de tarefa de ‘macho’, algo que exigia valentia, senso de estratégia e força, atributos que não eram considerados femininos naquele ambiente extremamente machista. (SANTOS, 1986).

Os cronistas da época mal se referiam às mulheres. A presença das cangaceiras só começou a ser noticiada mais de um ano depois do ingresso delas no bando –e, ainda assim, de maneira bastante fantasiosa. As primeiras notícias davam conta de que as moças –ou meninas, porque algumas delas tinham 11, 12 anos– compunham um harém de Lampião. Posteriormente, quando a dinâmica no interior do bando começou a se mostrar mais clara (com casais em relação tradicionais), os cronistas pouco se interessariam pelas mulheres. Quando muito, referiam-se à sua aparência. Sobre Maria de Déa (a futura Maria Bonita), um escritor comentou que tinha ‘mãos de unhas sujas, descuidadas’ e o ‘semblante sem a beleza de um sorriso meigo’. Como acontece ainda hoje, as mulheres eram reduzidas à aparência. E exigia-se que fossem lindas, limpinhas e fofas. (NEGREIROS, 2018, p. 49-61)

Ainda com Lampião em vida, criou-se uma narrativa segundo a qual ele era uma espécie de camponês revolucionário, quase um comunista, homem empenhado em arrancar dos ricos e distribuir entre os pobres. Trata-se de uma visão, a meu ver, bastante ingênua. Lampião era muito mais chegado à elite política e econômica do que ao sertanejo simples. Este, aliás, era a grande vítima do cangaço –sofria violência por parte dos bandoleiros e, ao mesmo tempo, da polícia. O estupro, arma utilizada tanto pelos cangaceiros quanto pelas forças volantesatingia, sobretudo, as mulheres pobres. (NETO, 2012)

E se Lampião causava caos por onde passasse durante quase duas décadas, sem ser capturado, não foi porque tivesse pacto com o sobrenatural ou proteção de Padre Cícero, como se comentava no sertão, mas porque era protegido por coronéis e políticos. Um de seus melhores amigos era o interventor de Sergipe, Eronides de Carvalho, homem da confiança do então presidente Getúlio Vargas. Lampião não é visto só como herói, embora não seja considerado um bandido comum. O escritor diz que, a despeito de ter sido um sanguinário, Virgulino ‘não era uma alma pequena e vulgar’. O cangaço é um fenômeno complexo demais para ser preso em categorias simples, como o herói versus o bandido, o bem contra o mal. Como quase tudo, não comporta maniqueísmos. (NEGREIROS, 2018, p. 212-235).

No interior do bando, vigorava um código de conduta extremamente machista, que previa pena de morte para as mulheres em caso de adultério –embora aos homens fosse dado o direito de envolver-se em toda sorte de aventuras sexuais. Não há notícias de que as mulheres se opusessem a essas normas, muito pelo contrário. Dadá costumava conchamar suas colegas de bando a ‘respeitar’ os homens aos quais pertenciam, o que significa obedecer cegamente a tudo o que eles determinassem. Também não havia no bando o que hoje chamamos de sororidade –as mulheres não se apoiavam. Maria de Déa e Dadá, por exemplo, se detestavam. Antes de ser morta por apedrejamento por ‘trair’ Zé Baiano, Lídia pediu ajuda de Maria de Déa, que se recusou a intervir a favor da colega. Depois de assassinadas, essas mulheres ainda eram vistas, pelas próprias companheiras, como assanhadas. A mensagem era: se tivessem respeitado seus homens, estariam vivas. Como se tivessem feito por merecer a punição.

Maria Bonita teve uma vida compatível com seu espírito aventureiro e transgressor –comportamento muito valorizado nos homens, mas sempre reprimido nas mulheres. Conseguiu algo que muitas não conseguem até hoje, que é dar fim a uma relação abusiva e começar uma vida nova. A despeito disso, Maria enfrentou uma existência miserável, em meio ao sertão, passando fome, sede, dormindo ao relento e tendo que abrir mão da própria filha, entregue a uma família de vaqueiros. Certamente foi feliz em muitos momentos e extremamente infeliz em outros. (NEGREIROS, 2018, p. 11-16).

Adriana Negreiros, a autora, cita ao término do livro a maior e mais aterrorizante das constatações ao escrever a obra: a de que os relatos das cangaceiras sobreviventes são geralmente desacreditados em relação à extrema brutalidade da qual foram vítimas, a forma como estes relatos são muitas vezes taxados de exagerados, e a insinuação de que algumas das que foram sequestradas e abusadas, teriam passado por tudo isso porque quiseram. Histórias das décadas de 1920-1930, que refletem brutalmente em questões atuais na luta da mulher. Questões duras e necessárias.

Após a morte em julho de 1938 é que Maria de Déa recebeu o nome de Maria Bonita e assim seria conhecida até os dias de hoje. Sua vida receberia um toque mais romântico, seus crimes com o amante seriam comparados a *Bonnie e Clyde* e ela se tornaria mais tarde símbolo de movimentos feministas e transformada em figura empoderadora.

4 CONCLUSÃO

O contexto histórico é diverso entre as cangaceiras da década de trinta, do século XX, e as mulheres aprisionadas na atualidade, mas os preconceitos sofridos e também os lugares sociais atribuídos ao feminino são em vários aspectos bem semelhantes. Outro ponto em comum a respeito das mulheres envolvidas com a criminalidade na década de 30 ou as que vivem na atualidade é que não há muitos estudos sobre a criminalidade feminina no Brasil, e isso se dá “pelo fato de os autores que vem se dedicando a essa temática não diferenciarem a criminalidade feminina da masculina” (FRANÇA, 2014, p. 213).

Trazer as discussões atuais para olhar o passado é essencial. Neste passado, tão próximo, estas mulheres também foram guerreiras, pois não tinham o controle sobre sua sexualidade, nem leis que de fato as protegessem, nem compreensão por parte da sociedade em que viviam, caso dessem, em qualquer sentido, um passo rumo à prática sexual.

Pela pesquisa, pode-se concluir que as mulheres pouco apareciam na história, pois os grandes feitos sempre foram imputados aos homens na história ocidental. No Brasil, por exemplo, Rocha (2009), nos traz que no começo do século XX, as mulheres não tinham direito à educação formal, o voto feminino era discutido e visto por parte da sociedade como uma aberração, a mulher dependia da “boa vontade” do pai ou do marido. As sertanejas (que viveram na primeira metade do século XX e participaram do movimento do cangaço) eram majoritariamente analfabetas. A exceção à regra no bando de Lampião foi Dadá, pois aprendeu a ler pelas aulas de Corisco, que mesmo sendo homem, tinha uma posição diferenciada no grupo por saber ler e escrever. (NEGREIROS, 2018).

Parte da dificuldade da pesquisa é a falta de fala própria da minha personagem de análise: Maria Bonita, Maria de Deá. Como ela não sobreviveu ao cangaço e não deixou escritos, tudo que se for falado em seu nome é dito sobre o ponto de vista de outra pessoa, seja ex-cangaceiro, ex-volante, cordelistas, especialistas, jornalistas, historiadoras, etc. Da mesma forma que este trabalho cria um novo discurso sobre ela e continua o debate sobre a liberdade feminina e a necessidade de inserção de mulheres em espaços de protagonismo.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. Inversões sexuais. Em: PASSOS, Izabel C. Friche. **Poder, normalização e violência.** Incursões foucaultianas para a atualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade.** A vontade do Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação e Realidade, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez, 1990.
- NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel A. **O Campo como Espaço da Exceção:** uma Análise da Produção da Vida Nua Feminina nos Lares Brasileiros à Luz da Biopolítica. PRIM@ FACIE , v. 15, p. 01-34, 2016.
- CAMURÇA, Sílvia. Nós mulheres e nossa experiência em comum. In: **Reflexões feministas para transformação social.** Cadernos de crítica Feminista. Ano, 1, nº. 0 - dez. 2007
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção.** Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor:** cenas cotidianas de violência contra a mulher, Mossoró, RN: UERN, 2008.
- NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita:** sexo, violência e mulheres no cangaço. Editora Objetiva: Brasil, 2018.
- FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Criminalidade e prisão feminina:** uma análise da questão de gênero. Revista Ártemis, João Pessoa, 2014.
- ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes:** a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.
- NETO, Lira. Getúlio (1930-1945): **Do governo provisório à ditadura do Estado Novo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SANTOS, Antônio Teodoro dos. **Maria Bonita,** a mulher do cangaço. São Paulo: Luzeiro, 1986.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada:** as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ARANA, Andressa Maria Freira da Rocha; LIMA, Jacqueline de Cássia; OLIVEIRA, Rosane Cristina. **Da criação das DEAM's à Lei Maria da Penha:** Uma reflexão sobre a questão da violência contra as mulheres. Revista Ártemis, vol. XXIV, nº 1, jul-dez, 2017.